

Depoimento nº4 (VDCA de natureza Sexual)

O texto apresentado a seguir*, sob a forma de excertos, acha-se inserido no livro de Brenda Daly *Authoring a Life. A Woman 's Survival in and through Literary Studies*, New York, State University of New York, 1998. Trata-se do relato de uma sobrevivente de incesto que, além de proceder a uma discussão interessante dos motivos pelos quais é de vital importância o resgate das narrativas deste fenômeno, por parte daqueles que sobreviveram a ele, traz para o leitor uma palavra de esperança no sentido de que tanto a autora, como suas irmãs, que passaram pelo mesmo problema, são hoje profissionais de sucesso que, podem através da superação de uma experiência traumática, lutar para que outras sobreviventes se tornem visíveis, sejam ouvidas e se constituam em autoras de suas próprias vidas.

"Quando meu pai morreu em 1976, eu estava com 35 anos, mas não havia ainda me tornado a que gostaria de ser. Enquanto uma sobrevivente de incesto, eu tinha vergonha, duvidava sempre de mim a tal ponto que a minha imaginação e o meu desenvolvimento profissional sofriam de sérios bloqueios. Eu tinha tentado, com muito medo, tornar-me uma professora de Inglês de curso colegial, mas não tinha sonhado em me tornar uma escritora. Para as vítimas de traumas, o ato de se converter em um autor é um passo essencial no seu processo de recuperação: para que reconstruam o significado de suas vidas, devem colocar suas experiências traumáticas em uma forma narrativa. É uma tarefa, que como diz Judith Lewis Herman**, "*desafia uma pessoa comum a se tornar um teólogo, um filósofo, um jurista*". É também uma tarefa que cria um duplo vínculo doloroso para a vítima: como resultado de sua violação, ela não pode imaginar a si mesma como autora de sua própria vida, mas para recuperar a sua força motriz, ela deve contar a história de suas experiências traumáticas. Até que ela seja capaz deste ato narrativo, a vítima pode inconscientemente cingir sua imaginação, bem como sua vida, para se sentir segura. Em resumo, a recuperação é primária, embora não exclusivamente, um evento linguístico, um ato de se converter em autor pelo qual a mulher transforma seu ego-vítima em seu ego-ideal (...)

* Responsável pela tradução: Dra. Viviane Guerra.

**Herman. J L (1992). Trauma and Recovery, New York: Basic.

(...) Aqui, do meu ponto de vista, está o aspecto central do problema: o problema da verdade, autoridade, autoria. Quem tem a autoridade para reivindicar que está falando "a verdade" ou mesmo "uma verdade"? Quando eu escrevo sobre o incesto pai-filha, eu sei que a minha credibilidade — minha autoridade — será desafiada, e não apenas por aqueles que desejam negar ou ignorar a realidade deste fato, mas também por aqueles que vêem autobiografia como uma forma de ficção. Desde que as vidas de minhas irmãs foram desperdiçadas, eu não vejo o debate acerca do status da autobiografia como uma questão estritamente literária. Se devemos modificar um sistema educacional que ensinou para a minha mãe que o "pai sempre sabe mais", mesmo que isto implique em sacrificar suas próprias filhas, um sistema educacional que tratou minhas irmãs como cidadãs de segunda classe ou mesmo prisioneiras, um sistema educacional que tem historicamente falhado em termos de reconhecer as vozes e os textos femininos, devemos nos remeter à questão política da "verdade" autorizada. Enquanto reconhecermos que as lembranças podem ser falíveis, por exemplo, quando eu relato uma conversa, minhas palavras podem às vezes ser inexatas — eu insisto em uma verdade: que eu e minhas irmãs somos sobreviventes de incesto. Ao lerem meu livro, minhas irmãs concordaram com esta assertiva e embora as suas visões do fato difiram da minha — especialmente porque suas experiências foram muito mais graves do que a minha — nós todas reconhecemos que os atos incestuosos de nosso pai ao lado do processo de negação de nossa mãe, quase destruíram a nossa família (...)

(...) professoras de literatura em nossas escolas públicas devem oferecer a seus estudantes oportunidades não apenas de ler e de discutir narrativas de incesto pai-filha, mas também de ler e de discutir narrativas nas quais os relacionamentos femininos são centrais (...). Se ouvirmos o testemunho de críticas literárias feministas, as mulheres aprendem a traçar suas vidas tornando-se autoras destas mesmas vidas pela leitura de histórias e de autobiografias feitas por mulheres e para mulheres. Por outro lado, o curriculum tradicional de nossas escolas continua negando a jovens mulheres a possibilidade de imaginar, discutir e analisar suas opções narrativas. Como Joanne Frye* aponta, os enredos tradicionais são injustos:

*Frye, J. (1986). *Living Stories, telling lives*: Women and the novel in contemporary experience. Ann Arbor: University of Michigan Press.

"os enredos paradigmáticos baseados nas qualidades de força, autonomia e aspiração parecem reservados aos protagonistas masculinos; os enredos paradigmáticos

baseados especificamente na experiência feminina parecem confinar as mulheres à domesticidade e à aparente passividade" (...)

(...) devemos não somente tornar as mulheres visíveis no currículo de literatura, mas revisar algumas práticas didáticas no sentido de que se aumente a autoconfiança das jovens. Embora eu não advogue o compartilhar de experiências pessoais durante as discussões de sala de aula, os professores podem dar aos estudantes a possibilidade de escrever sobre tais experiências. Relatos devem, contudo, serem sempre opcionais e os professores devem identificar antecipadamente a audiência, especificando se uma narrativa pessoal de um estudante será lida somente pelo professor, pelos colegas ou ambos. Tal informação capacitará muitas vítimas a decidir se será seguro revelar o segredo do trauma sexual. Por exemplo, a vítima decidirá pela revelação de uma experiência de violência sexual se ela souber que seu material será lido apenas pela professora e especialmente se perceber que esta é uma figura acessível e não preconceituosa. Os professores devem sempre acompanhar tais tipos de revelação, nunca duvidando da veracidade das histórias e calmamente oferecendo apoio de forma não preconceituosa.

AUTHORING A LIFE foi escrito como suporte para os que continuam sua luta, através da linguagem e da ação, em termos de superar os efeitos danosos do incesto pai-filha. No momento, em 1997, eu sinto que ganhei esta batalha. Não me sinto mais paralisada pelo medo quando falo em público e não considero escrever uma atividade fisicamente dolorosa. De fato, eu aprecio muito o ato de escrever, e num grau menor, falar em público. Quão distante estou agora da mesa redonda da qual fiz parte em 1986, com minhas duas irmãs no Centro Nacional de Estudos das Mulheres, cujo tema era incesto pai-filha! Nós intitulamos a nossa apresentação de "Três Irmãs". Considerando que eu não falaria em público acerca de nosso segredo familiar sem o apoio corajoso de minhas irmãs, eu pensei nelas como colaboradoras de meu livro *AUTHORING A LIFE*. Por esta razão eu quis lhes dar uma oportunidade para que falassem por si mesmas. "De que forma", eu lhes perguntei, "vocês podem ajudar jovens sobreviventes em suas vidas profissionais?" Minha irmã mais velha, Una Fay Rystedt, responsável pelo aconselhamento psicológico de dependentes químicos responderá esta questão em primeiro lugar, seguida por nossa irmã mais nova, Che Che Luckini, uma professora da área de educação especial.

Una Fay: *Eu penso que enquanto uma criança, uma adolescente e mesmo uma adulta aos 30 anos, eu ainda não tinha idéia dos meus direitos humanos fundamentais, particularmente o meu direito de ser ouvida. Eu descobri a minha voz ao escrever na época em que retornei aos estudos universitários,*

aos 40 anos. Agora eu compreendo que por causa do alcoolismo, do incesto e de outros problemas dentro de minha família de origem, eu não confiava em meus sentimentos; não confiava em outras pessoas e vivia debaixo de uma regra nunca explicitada: não fale. Em meu desempenho profissional na área de drogadição, eu reclamo o meu direito de ser ouvida e de ajudar outras mulheres que sobreviveram ao incesto e a sua própria dependência química. Eu lhes ofereço suporte ouvindo com empatia suas histórias. Eu acredito nestas histórias. Eu lhes reasseguro que elas não mereceram a violência sexual sofrida e que não tem culpa; não foi sua responsabilidade. Eu ensino a elas quais são seus direitos humanos fundamentais através de palestras, terapia de grupo e terapia individual.

Eu ofereço a elas aulas nas quais é possível desenvolver uma comunicação mais efetiva, fornecendo-lhes pistas para que estabeleçam vínculos de forma mais adequada. Eu discuto com elas sobre sentimentos — como confessá-los — e sobre comportamentos que elas deverão ter para evitar ou suprimir sentimentos dolorosos. Eu também identifico terapeutas responsáveis aos quais encaminho estas mulheres quando completam seu tratamento de dependência química. Eu encontro apoio nos grupos de auto-ajuda e também ofereço suporte para os que desejam lidar com problemas como dependência química e violência sexual (...).

De todas estas formas eu sei que faço diferença tanto em minha vida quanto na vida dos outros.

Che Che: Ao preparar a minha resposta à sua questão, eu pensei bastante sobre as inúmeras crianças que tem vindo à minha sala de aula. Em 27 anos de ensino para portadores de problemas de aprendizagem, eu sempre soube que eles também tinham sofrido seus próprios traumas pessoais. Para aqueles que lidam com várias formas de abuso, meu primeiro objetivo, quando ciente do problema, era respeitar sua dor. Tendo em vista que muitas eram incapazes de discutir abertamente suas vidas, nós nos concentramos na tarefa de como poderíamos mudar nosso tratamento em termos uns dos outros em nossas vidas. Falamos sobre escolhas. Mas fundamentalmente, eu confiei neles para que tivessem a coragem de enfrentar a realidade. Privadamente e então em pequenos grupos como muitos estudantes meus diriam, aprendemos a: "como lidar com pessoas autoritárias que não te respeitam". Quando eu volto ao meu passado, antes do período em que comecei a lecionar, interrogo-me querendo saber como esta atitude se desenvolveu.

Era uma ideia minha ou fora semeada por alguém? (...). Subitamente eu percebi que as minhas afirmações neste Posfácio não devem ir tanto no sentido da forma como eu mobilizo as outras pessoas, assim como a raiz nutre a planta, mas como minha sensível irmã, a querida Brenda, acreditou com força em meu potencial. Eu me lembro de que quando eu estava em meu último ano de colegial, você regressou ao nosso lar para uma breve visita e me perguntou a respeito da escolha de faculdades. Você ficou zangada porque ninguém me havia encorajado a pensar nesta possibilidade, nem mesmo eu! A sua fúria valeu: você forçou meu pai a preencher os folhetos de ajuda financeira para isso, apesar da paranóia dele de que o imposto de renda poderia usar esta informação contra ele. Por tudo que você fez, eu sempre a amarei!

Brenda: *Eu fico feliz por saber, Che Che, que eu lhe dei um pequeno apoio para que lutasse em termos de sair de casa. Ser autor da própria vida, como a sua história e a de Una Fay demonstram, significa assumir responsabilidade pela direção do curso da própria vida — pessoalmente, profissionalmente, politicamente. In Getting Personal, Nancy K. Miller* define o termo mais estritamente, como se fosse dado a você permissão para escrever. Contudo, dando a cada um a permissão para escrever isto não lhe confere autoridade, especialmente se você é uma mulher. Historicamente, como um grande número de feministas já afirmou, o ato de se converter em autor por si mesmo foi definido como sendo masculino. Ainda, que para mim,*

*Miller, N. K. (1991). Getting Personal: Feminist occasions and other autobiographical acts. New York: Routledge.

como para muitas feministas, um autor seja alguém, homem ou mulher, com autoridade, alguém que espera não simplesmente porque ela está falando de sua experiência, mas porque está refletida nela. Sua "objetividade" foi conquistada, não ignorando suas emoções, mas analisando-as também.

Finalmente, a autora é alguém que tem autoridade para falar por causa da existência de comunidades que a "autorizam" a tanto e das quais ela é um membro — particularmente, a comunidade feminista, mas também a comunidade profissional. Ao se valorizar a história da sobrevivente, mesmo a ponto de publicá-la, estas comunidades investem de uma certa autoridade o ponto de vista desta sobrevivente. Uma autora, então, é alguém que espera que suas palavras sejam lidas ou Ouvidas. Ela não assume que os outros irão necessariamente concordar com ela, *"mas deseja que suas palavras tenham o poder, a autoridade de afetar a mente dos leitores, especialmente daqueles ativamente engajados na luta para serem autores de suas próprias vidas."* (N. York, USA)

Fonte: Azevedo, Maria Amélia e Guerra, Viviane Nogueira de Azevedo, 1998, Com licença vamos à luta, São Paulo: Guia de Bolso / Telcelacri.